

L'EUROPE A-T-ELLE UNE HISTOIRE?

SCHAUB, Jean-Frédéric. Paris: Albin Michel, 2008.

Flavio Elias Riche¹

Ao se deparar com um livro cujo título consiste em uma pergunta, é natural que se espere do autor uma resposta precisa – talvez única e original - quando a própria formulação da pergunta induz o leitor a criar expectativas no sentido de obter, ao longo do texto, um retorno binário, seja de ordem afirmativa ou negativa em relação à proposição inicial.

Não é o caso de Jean-Frédéric Schaub, em “A Europa possui uma história?”. Todavia, antes que fraqueza, neste ponto reside a força de seu livro, cujos argumentos pretendem servir como guia para a organização do debate sobre a integração europeia, de forma a evitar simplificações recorrentes não apenas no senso-comum, mas também nos meios jornalísticos e mesmo em setores acadêmicos.

Para tanto, Schaub se volta ao passado europeu e analisa como diversas histórias se cruzam e se chocam nessa região do mundo que chamamos de Europa, marcada por uma variedade de línguas, mas também por um legado cultural comum, afetada por um processo lento de cristianização, mas também pelo esforço de emancipação contra esta herança – sem olvidar que, não obstante o papel central

¹ Diplomata de Carreira. Doutorando em Relações Internacionais pela UnB. Mestre em Ciências Jurídicas pela PUC-Rio. Bacharel em Direito pela UNI-RIO. Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ. E-mail: flavio.riche@itamaraty.gov.br.

do cristianismo, a Europa jamais se reduziu à sua influência. Uma Europa que, ao mesmo tempo em que mostrou divisões em seu seio, expandiu para o mundo os traços principais de sua formação. Uma história, portanto, a ser compreendida por meio de seus próprios paradoxos.

No que se refere à organização dos capítulos, cumpre salientar que o autor abre mão de uma abordagem diacrônica, uma vez que seu objetivo não é o mero registro dos eventos ocorridos ao longo do tempo, país por país, sociedade por sociedade. A principal questão que orienta a estrutura da obra é o uso pelo historiador de escalas nacional, regional, local e suas implicações historiográficas.

Assim, o estudo se inicia com comentários acerca das consequências das duas guerras mundiais sobre as representações feitas da Europa, mesmo quando relativas ao seu passado mais remoto. A catástrofe gerada no período de 1914 a 1945 pode ser atribuída, segundo Schaub, a três fatores que se agravaram ao longo do período: “a mobilização geral de milhões de homens às bandeiras de seus países; o progresso tecnológico sob o domínio das armas; a agressão sistemática das populações civis” (SCHAUB, 2008, p. 22).

No que se refere aos crimes coletivos cometidos ao longo dos conflitos, o autor os associa diretamente ao surgimento das massas como atores políticos. Para tanto, relembra os avanços e inovações na imprensa escrita, assim como o surgimento do rádio e do cinema. Os dois últimos terminaram por criar canais de difusão em uma escala até então desconhecida. Mediante um profundo impacto emocional proporcionado pelo som e pela imagem animada, garantiu-se a manipulação de consciências de forma massiva e veloz. Com isso, confirmou-se o triunfo dos propagandistas e se promoveu a radicalização das formas de mobilização política.

Contudo, Schaub recorda que a mobilização cultural não configura uma invenção dos governos diretamente engajados nas duas grandes guerras. O que ocorre é uma transformação significativa em seu nível qualitativo e raio de ação. A propaganda contribuiu para que o inimigo fosse denegrido e caricaturado, mediante um sistema de representação que o tornava praticamente um ente abstrato. Em outras palavras, o objetivo a se alcançar era a desumanização do adversário.

Juntamente com o embrutecimento intelectual gerado pela propaganda, percebeu-se o revigoramento de uma cultura de guerra por parte dos combatentes, marcada pela defesa da pátria e pelo ódio do inimigo, de forma que o princípio da tolerância deu lugar à violência, mediante uma exponencial de “brutalização” das sociedades europeias.

No capítulo seguinte, é examinada a interação entre as sociedades europeias da Idade Média, as quais vivenciaram um processo de conhecimento mútuo, anterior mesmo à emergência da consciência de pertencimento europeu, tal como hoje concebida.

Nesse sentido, a longa sobrevivência do latim na Europa medieval é um primeiro ponto de reflexão que merece ser analisado. Ela reflete a herança dos antigos, ainda que por uma via indireta. O latim funcionou não somente como veículo da Antiguidade clássica, mas também como vetor da Cristandade medieval, principalmente após a conversão de Constantino, em 312 d.C., responsável pela fusão entre Igreja e Império. O latim foi a língua da liturgia até a Reforma, do lado protestante, e até o concílio do Vaticano II (1962-1965), do lado católico. Ademais, por vários séculos, constituiu a língua única do ensino, desde a fundação das grandes universidades da Europa, tais como Bolonha (1188), Paris (1200), Oxford (1214) e Salamanca (1218).

Não obstante, recorda Schaub, a língua não é tudo. O renascimento sucessivo da Antiguidade no seio da vida cultural europeia é outro fator que merece destaque. De forma mais geral, a reivindicação da herança antiga permitiu que os europeus se diferenciasssem de seu ambiente exterior.

O autor finaliza o capítulo apontando elementos de mobilidade na Europa medieval, decorrentes tanto de aventuras belicosas quanto de frentes pioneiras, os quais geraram o deslocamento de homens com efeitos no plano das organizações familiares, das línguas e mesmo das instituições. Ressalta, contudo, que inferir a partir desses elementos a existência de uma sociedade medieval profundamente modificada em sua organização pela experiência do contato com outras sociedades seria no mínimo uma representação inadequada do período em questão.

Em “A Europa descobre a si mesma”, o foco reside nas grandes rupturas da modernidade e a subsequente expressão de uma realidade europeia percebida por diversos sujeitos. Aqui, três eventos de maior magnitude são considerados, no que se refere à contribuição a formação da Europa entre meados do século XV e o começo do século XVI: a queda de Constantinopla em 1453 e a presença dos sultões otomanos nos Bálcãs; as descobertas de Colombo e a publicação das teses de Lutero, em 1517. Tais episódios tradicionalmente marcam o fim da Idade Média. Mas o que interessa ao autor a este respeito é a forma como essas três viragens implicam uma espécie de tomada de consciência europeia: “[...] a emergência de uma consciência europeia é fruto de um duplo movimento: o primeiro, eminentemente religioso,

força a busca de outras formas de coesão; o segundo, fruto de um contato intensivo com o mundo, reforça, por contraste, os traços singulares da civilização europeia” (SCHAUB, 2008, p. 95).

Isto feito, Schaub oferece uma visão panorâmica da diversidade de instituições que organizaram a vida política dos europeus, entre absolutismos e revoluções. É possível indicar, em princípio, três grandes tipos de organizações na história européia. O primeiro modelo consiste em uma herança indireta do Império romano, marcado pela presença de uma instituição imperial, ligada à Igreja romana em terras germânicas, à Igreja ortodoxa no mundo russo e ao sultanato islâmico nos Bálcãs otomanos. O segundo modelo resulta da fragmentação do Império romano e da criação de reinos bárbaros durante a alta Idade Média, cuja versão moderna seria a monarquia real. O terceiro modelo repousa sob a matriz de um “quase-país”, às vezes com grande amplitude ao redor de uma cidade autônoma, ou de uma confederação de cidades autônomas. Ressalta o autor, contudo, que alguns países não se encaixam em nenhum desses modelos, enquanto outros combinam suas características, fatores estes que, a seu ver, conferem riqueza à história das instituições políticas (SCHAUB: 2008, p. 101-102).

Em seguida, são abordados os eventos de expansão e de colonização, tendo em conta que os mesmos contribuíram de fora para produzir a convergência ao interior da Europa. Em outras palavras, a Europa se definiu também por meio da forma pela qual moldou esses ambientes. Ao descobrirem a diversidade de culturas que compunham o mundo, os europeus aprenderam igualmente a decifrar as divisões internas que atingiam suas próprias sociedades. O sucesso de suas conquistas coloniais foi, então, acompanhado de uma consciência cada vez mais aguda de sua fragmentação interna.

No capítulo “A Europa em movimento”, o autor põe em relevo o interesse europeu pela mudança, que pode ser claramente percebido desde o Século das Luzes. Recorda, a este respeito, que todas as sociedades humanas estão em movimento, apesar da aparência de estabilidade que apresentam algumas. Na história da Europa, verifica-se que o desejo de transformação foi acompanhado a todo momento pelo desejo contrário de conservar o existente, ou até mesmo de retornar a uma Antiguidade idealizada. Com efeito, progressismo, conservadorismo e reacionarismo organizaram a visão coletiva europeia do mundo.

Ao analisar a etimologia do termo revolução, Schaub assinala que a expressão, inicialmente restrita à astronomia, passou a ser aplicada em todas as

dimensões da vida humana, para indicar uma inovação sem precedentes. Assim, “[...] a pintura de Picasso é revolucionária, como a invenção do motor a explosão, a revolução provocada pela análise do inconsciente ou ainda as hipóteses da física quântica” (SCHAUB, 2008, p. 157). Igualmente, fala-se em revolução francesa, em revolução copernicana, em revolução industrial e assim por diante.

Não se trata, contudo, de simples justaposições. As transformações operadas em tal ou qual setor da atividade humana remetem às inovações em outros setores. Tais correspondências não são coordenadas, não caminham ao mesmo passo. Pelo contrário, elas se sobrepõem, e às vezes se contrapõem: “Crenças antigas coexistem com racionalidades científicas; a cidadania moderna não apaga a divisão do corpo social em castas fechadas; as novidades artísticas não desqualificam as representações mais tradicionais, assim como o automóvel não elimina a caminhada a pé” (SCHAUB, 2008, p. 158). De qualquer modo, a intenção do autor é mostrar como o privilégio concedido à idéia de movimento é um dos traços específicos do desenvolvimento das sociedades europeias há pelo menos trezentos anos.

Enfim, no último capítulo, Schaub retoma o tema da construção europeia, sob o prisma dos vínculos entre o estudo do passado e as tomadas de decisão sobre o porvir europeu. Aqui, a discussão gira em torno do papel do historiador perante a visão de Europa divulgada pelos tomadores de decisão. O exemplo paradigmático é a defesa do enraizamento cristão da Europa como obstáculo ao processo de integração da República turca à União Européia:

Por parte dos adversários da entrada da Turquia, a concepção da Europa política como ‘clube cristão’ parece predominar. Por parte dos defensores, trata-se de responder positivamente ao desafio do ‘choque de civilizações’, de modo a provar que o Islã é ‘eurocompatível’ (SCHAUB, 2008, p. 157-158).

A identidade cristã, na visão do autor, não diz tudo sobre a Europa. Não obstante o lugar central do cristianismo na história europeia, é de se notar que os valores normalmente utilizados para justificar a rejeição da Turquia como membro da União Européia – tolerância, pluralismo cultural, liberalismo político, igualdade de condições entre os sexos – não são um prolongamento natural do dogma cristão. Pelo contrário, esses traços comuns, considerados como um dos principais legados europeus, foram desenvolvidos e impostos contra as Igrejas, ainda que estas tenham sido a espinha dorsal da organização política e do desenvolvimento cultural das sociedades europeias por vários séculos.

Schaub chama a atenção também para o fato de que, desde os últimos vinte anos, duas sensibilidades são percebidas na Europa que não necessariamente seguem os binômios conservador/progressista e direita/esquerda. De um lado, há o apelo ao enraizamento das identidades na história, uma invocação da memória e da vontade de se exercer controle sobre as evoluções em curso a favor da soberania nacional. De outro, há a recusa de projetar o porvir como sombra do passado, fundada na defesa da deliberação, da importância do conhecimento técnico e da mediação enquanto mecanismos aptos a concretizar as reformas democráticas julgadas necessárias. A seu ver, trata-se de um dualismo falso, que contrapõe sentimento à razão, produzindo um discurso de lamentável pobreza intelectual e política.

Feitas essas considerações, o autor finaliza indagando se a Europa possui de fato uma história. Caso se deva entender por história um caminho secular, traçado de longa data, que encontra na União Europeia sua cristalização, a resposta tende para a negação. Os espaços que hoje correspondem à região europeia vivenciaram um processo de secularização lento e contraditório, que não se impôs de maneira uniforme por toda a parte: humanização e desumanização, civilização e encantamento pela barbárie, arrogância prometeica e dúvida metódica dirigida contra si mesmo, são fatores-chave caso se deseje adotar o uso do termo história no singular (SCHAUB, 2008, p. 216-218).

Após a análise da obra, é possível inferir uma preocupação de ordem normativa, por parte do autor, a respeito do papel do historiador na construção da Europa. Seu receio é a aceitação – de forma pouco consciente ou mesmo antiética – , por parte de pesquisadores de história, do papel de provedores de subsídios simplistas para o corpo tecnocrático responsável pela integração regional. Lida com estes olhos, a obra de Schaub deixa de ser um entre vários compêndios sobre União Europeia e se torna referência indispensável para todos que desejem evitar interpretações desta realidade carecedoras de senso crítico, as quais pouco contribuem para a evolução do debate sobre o tema.

Recebido em Março de 2011.

Aprovado em Abril de 2011.